

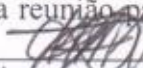


ATA DE REUNIÃO

1
2 Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e treze, as quatorze horas e trinta minutos, na
3 sede da RIOPRETOPREV, sito à Rua General Glicério nº. 3553, Centro, realizou-se **Reunião**
4 **Ordinária** do Conselho Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença dos *Membros*: Dimas
5 Fernandes, Mauro José Bispo de Araujo, Carlos Henrique de Oliveira, Egas Henrique Francisco
6 Júlio, Maria Carretero Vergínio e Maria Inês Spinelli Arantes. Os conselheiros Valter de Lucca e
7 Mario José Piccarelli de Castro justificaram suas ausências. Estiveram presentes também o
8 Coordenador Executivo, Adriano Antonio Pazianoto, o contador Hélio Antunes Rodrigues e a
9 Diretora Superintendente da Autarquia, Emília M. M. de Toledo Leme. A reunião teve a seguinte
10 pauta: **I – Abertura dos Trabalhos: 1.1) Verificação do Quorum; 1.2) Palavra do Presidente;**
11 **1.3) Palavra do Superintendente; 1.4) Palavra dos Membros. II – Atas e Comunicados: 2.1)**
12 **Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores; 2.2) Relatório Mensal dos Atos**
13 **Administrativos; 2.3) Entrega de documentos solicitados pelo Conselho; 2.3.1) Relatório dos**
14 **Benefícios Previdenciários. III – Ordem da Pauta do Dia: 3.1) Apreciação do Plano de**
15 **Custeio, conforme previsto no inc. II e VI do art. 105, da Lei Complementar nº 139/2001; 3.2)**
16 **Apreciação das Contas Anuais a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo,**
17 **conforme previsto no inc. X, do art. 105, da Lei Complementar nº 139/2001; 3.3) Outros.** A
18 reunião teve início com a verificação do quórum, o qual estava de acordo com o par. 8º do art. 104
19 da Lei Complementar 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar 364/2012. O Presidente
20 do Colegiado abre os trabalhos e passa a palavra para Diretora Superintendente, que agradece a
21 presença de todos e informa aos conselheiros que foi resolvida a pendência no Ministério da
22 Previdência que impedia a liberação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, ou seja,
23 o certificado foi renovado. Com a palavra, o conselheiro Carlos Henrique de Oliveira questiona
24 como foi resolvida a questão da renovação do CRP, sendo respondido pela superintendência que
25 foi encaminhado ofício ao Ministério da Previdência Social informando que o Prefeito Municipal
26 constituiu uma comissão de estudo para analisar a questão do déficit atuarial, devendo apresentar
27 relatório com solução no prazo de 120 dias. Diante desse compromisso, o Ministério da
28 Previdência Social renovou o CRP. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira questiona sobre
29 quem são os membros que compõe a comissão, sendo respondido pela superintendente que os
30 membros representam a RIOPRETOPREV, a Secretaria de Administração e a Secretaria da
31 Fazenda, dentre outras, e são membros: Emília Maria Martins de Toledo Leme, Adriano Antonio
32 Pazianoto, Rodolfo Luiz Taddei Barbosa, Cristina Pereira de Souza Caobianco, Mauro José Bispo
33 de Araujo, Egas Henrique Francisco Júlio e Sandra Tobias. Informa ainda que tal comissão foi
34 instituída pelo Decreto nº 16.706/2013. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira questiona o
35 motivo de não ser indicado um representante dos servidores municipais, sendo respondido pela
36 Superintendente que a Comissão foi instituída pelo Executivo, a princípio, para apresentar uma
37 proposta para um estudo. O Conselheiro Carlos Henrique de Oliveira aponta que a situação
38 descreve desrespeito pela não inclusão de representante daqueles que seriam os maiores
39 interessados e que acumulam maior conhecimento sobre o tema. O Presidente solicita que seja
40 encaminhada cópia do Decreto 16.706 aos pares. O Conselheiro Carlos Henrique de Oliveira expõe
41 a superintendente que duas servidoras procuraram o Sindicato por estarem com dificuldade para
42 obter informações: Maria Lucia Brandão Baer e Lilian Serafim, esta última já apresentou
43 documentos para aposentadoria. O Conselheiro Carlos Henrique de Oliveira pede esclarecimentos
44 sobre o projeto de lei de organização da RIOPRETOPREV, bem como sobre o impacto financeiro,
45 sendo esclarecido pela superintendência em todos os pontos. Prosseguindo a Reunião, passou-se a
46 análise da aprovação do plano de custeio, sendo acordado pelos conselheiros que será encaminhado
47 o DRAA do cálculo atuarial da ETAA, para cumprimento de prazo, até que seja analisado o cálculo
48 atuarial fornecido pela Caixa Econômica Federal. A Superintendente da Autarquia solicita que seja
49 reavaliada a questão da suspensão dos pagamentos da empresa ETAA, pois o Atuário entrou em
50 contato informando que já prestou os serviços contratados e, portanto, deve receber sua



Ata nº. 150

51 contraprestação. O colegiado decide que o tema será discutido no último item da pauta. Os
52 conselheiros passam a apreciar a prestação de contas, constando que o relatório anual de receita e
53 despesas foi encaminhado ao conselho com antecedência, bem como pela apresentação da
54 conciliação bancária. Ficou acordado que o contador da entidade, quando for apresentar contas
55 anuais ao conselho, deverá retirar relatórios do sistema AUDESP para apresentar ao colegiado.
56 Dessa forma, o conselho dá por apreciada a prestação de contas junto ao tribunal de contas
57 referente ao ano de 2012. Retornando ao assunto da suspensão do pagamento da ETAA, o
58 Conselheiro Carlos Henrique de Oliveira diz que a empresa já recebeu pelo pouco que fez, apenas
59 o cálculo atuarial de 2013; o pagamento foi além do que se devia, por isso não há motivo para
60 pagar novamente. A Superintendente da entidade informa que a autarquia tem um contrato com a
61 ETAA que gera obrigações de ambas as partes. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira registra
62 que já foi pago o único serviço que considera prestado, a saber, a avaliação atuarial, considerando
63 que foram realizados pagamentos a empresa no importe de R\$ 29.500,00. Por fim, o conselheiro
64 Carlos Henrique de Oliveira sugere que seja analisada a resposta a Empresa ETAA juntada ao
65 inquérito civil aberto no Ministério Público. O conselheiro Mauro José Bispo de Araujo sugere que
66 não seja tomada nenhuma posição apressadamente, preferindo aguardar a manifestação do MP. O
67 Conselheiro Carlos Henrique de Oliveira recomenda que o colegiado tome uma decisão unânime
68 visando o não pagamento da empresa ETAA. A Superintendente informou o representante da
69 Empresa ETAA para aguardar o Ministério Público terminar a investigação do contrato. O
70 conselheiro Mauro José Bispo de Araújo manifesta-se no sentido de que estando o contrato em
71 vigor, por força da prorrogação, e a entrega da DRAA ao Ministério é obrigação contratual então
72 para realização do pagamento deve-se primeiro ser cumprida a obrigação, razão pela qual concorda
73 com a manutenção da suspensão dos pagamentos. Ao final do debate, por unanimidade de votos,
74 ficou decidido que os pagamentos continuarão suspensos, mesmo com a possibilidade de surgirem
75 problemas jurídicos referentes ao inadimplemento. O conselho definiu também o DRAA extraído
76 do cálculo atuarial da empresa ETAA deve ser encaminhado ao Ministério da Previdência Social.
77 Sem mais assuntos, fica agendada a próxima reunião para o dia 25/04/2013, no horário de praxe.
78 Assim, eu, Adriano Antonio Pazianoto , lavro a presente ata que,
79 para fins de consolidação, vai assinada por mim e por todos os presentes.

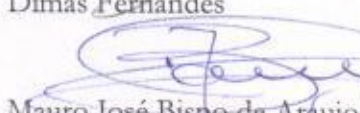
80
81
82


Egas Henrique Francisco Júlio


Carlos Henrique de Oliveira


Dimas Fernandes

Maria Carretero Vergínio


Mauro José Bispo de Araujo


Maria Inês Spinelli Arantes